

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DR. SC
AL FGC
...CORREIOS...

Distribuição gratuita

Relatório final do Iprev será apresentado dia 10

Pedido de vista coletivo foi mantido até a data para que deputados analisem teor das emendas acatadas no texto

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados participam de reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Trabalho

Com a presença efetiva de servidores públicos, parlamentares participaram, dia 3, da reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, e Trabalho e Serviço Público. Eles conheceram as emendas acatadas e que serão incorporadas ao texto no parecer final do PLC 50/07, do

Executivo.

O projeto, que transforma o Iprev em Iprev e reorganiza o Regime Próprio de Previdência do Servidor do Estado de Santa Catarina, foi aperfeiçoado também com participação de técnicos de todos poderes. A previsão é de que ele seja votado nas comissões no dia 17.

Servidores protestam com varal

Carlos Kilian



Manifestantes criticam projeto de lei complementar

Página 8

Sessão solene homenageia a Acaert

Alberto Neves



Parlamento destaca atuação da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão

Página 3

Assembléia Legislativa dá posse para sete novos deputados

Página 10

Criado Fórum Permanente de Proteção contra Enchentes

Página 9

OPINIÃO

Saúde como prioridade

A lei que condiciona a participação de modelos em desfiles mediante a apresentação de atestado médico que comprove o índice de massa corpórea (IMC) igual ou superior a 18,5 kg/m², de minha autoria, foi publicada no Diário Oficial do Estado. Ela foi promulgada pelo presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia, e já está em vigência com o número 14.435.

Com certeza esta é mais uma vitória do parlamento catarinense, que demonstra, outra vez, sua preocupação com causas que envolvem saúde pública.

O objetivo desta nova lei é contribuir com a campanha mundial contra a anorexia, doença que já tirou a vida de várias jovens brasileiras e que possui altos índices de mortalidade. O sonho de fazer carreira

como modelo, em algumas ocasiões, faz com que muitas meninas prejudiquem suas vidas por distúrbios associados à alimentação, que podem, inclusive, matar.

Muitas cidades já instituíram esta prática, como Madri, capital espanhola e um dos berços da moda mundial, que proibiu a participação em desfiles de modelos abaixo do peso. Países como Itália, Inglaterra e Austrália também já tomaram medidas semelhantes.

Em novembro do ano passado, a Comissão de Saúde promoveu uma ampla audiência pública, dando a oportunidade para que todos participassem ativamente do debate. O processo de tramitação foi realizado de forma transparente e democrático.

Apesar de algumas reações

contrárias, temos o respaldo técnico, através da classe médica, e a aprovação popular, constatada em algumas pesquisas realizadas em sites da internet. Ainda assim, estamos à disposição para dar prosseguimento ao debate, inclusive em relação à fiscalização para o cumprimento desta lei.

Nossa preocupação é com a saúde destas profissionais e a tranquilidade de suas famílias. Não queremos, de maneira alguma, prejudicar a carreira de ninguém. Se constatarmos, ao longo dos próximos meses, a necessidade de mudanças, estas deverão ser feitas após discussão com a participação de toda a sociedade, em especial com os representantes da categoria.

Deputado Manoel Mota
Líder do PMDB

O pássaro das eleições

Um velho provérbio hindu costumava dizer que a oportunidade é um pássaro que pousa uma vez só – depois, alça vôo e ninguém nunca mais o vê. Cada ano eleitoral nos remete a esse provérbio: é a oportunidade única que o cidadão, a cidadã, tem para mudar os destinos de sua comunidade, do seu estado, do seu país; de dizer “sim” àqueles homens públicos que realmente têm compromisso com os interesses maiores do povo, com a responsabilidade e com a ética.

É a oportunidade de ouro, também, de mandar embora os maus políticos, aqueles que contaminam o tecido social e que, de resto, ainda jogam na vala comum todos os que militam na nobre arte da verdadeira Política.

O pássaro vai pousar, de

novo, no início do mês de outubro. Nas eleições municipais dependerá apenas do eleitor a decisão sobre o futuro de seu município, e a chance ímpar, igualmente, de depurar o processo eleitoral.

Não é novidade para ninguém que as eleições para prefeito e vereadores, com muita frequência, infelizmente, ensejam a famosa troca de votos: um único voto pode representar a promessa de uma cesta básica, um carnê do IPTU liquidado, uma carga de tijolos ou telhas e até prótese dentária.

É um comércio lamentável que sobrevive às custas da pouca informação das pessoas, especialmente aquelas mais humildes. Um problema cultural explorado pelo tipo de político que, se eleito, depois vira as costas para o próprio eleitor.

O tipo de político que jamais deveria ser eleito.

Isso posto, cabe a nós, que militamos na verdadeira Política, que nos preocupamos realmente com a população que nos elegeu e que desejamos continuar vivenciando esta Política com P maiúsculo, alertar a população para que não caia nessa velha e inútil armadilha; e orientar a todos aqueles que desejam disputar as eleições para que não cedam a essa tentação – que é criminosa, vergonhosa e lesiva não só ao processo eleitoral, mas a todo conjunto do estado democrático.

Como podemos ver, o pássaro vai pousar não apenas para o povo, mas também para nós, políticos.

Deputado Jaime
Pasqualini (PP)



Errata

Na foto acima, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) entrega placa ao presidente da Braspol em SC, Geraldo Ribacki, e não ao embaixador da Polônia, conforme dizia legenda em foto publicada na página 4 da edição 294. A homenagem foi feita na sessão solene realizada no dia 20 de maio, marcando o Dia Estadual da Imigração Polonesa.

[AGENDA]

- **Dia 9, 19 horas** - Exposição “Fauna e flora”, da artista plástica Marina Pazzine
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **Dia 10, 19 horas** - Lançamento do livro “As dez lições: dez aulas que influenciaram a escola”, autoria do professor Carlos Paulo Matias
Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho
- **Dia 11, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Estadual Regionalizado
Local: Auditório D – Bloco IV – Unoesc- Joaçaba
- **Dia 11, 19 horas** - Comissão de Turismo e Meio ambiente - Audiência pública sobre a proibição do mergulho na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **Dia 12, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Estadual Regionalizado
Local: Anfiteatro Caverna - CAV Udesc – Lages
- **Dia 12, 19 horas** - Sessão solene comemorativa pela passagem dos 50 anos da Associação Empresarial de Concórdia
Local: Salão Social da Ser Sadia - Concórdia
- Dia 13, 14 horas** - Audiência pública do Orçamento Estadual Regionalizado
Local: Auditório nº 211 – D – Unisul – Tubarão

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Proposta pelo deputado Marcos Vieira, cerimônia reconhece trabalho da entidade para profissionalizar e fortalecer veículos de rádio e televisão em Santa Catarina

Sessão solene presta homenagem à Acaert

Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão representa 200 emissoras de rádio e 18 emissoras de televisão de todas as regiões do estado

Evelise Nunes

Com o objetivo de reconhecer o trabalho da Acaert (Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão) em prol da profissionalização e fortalecimento dos veículos de rádio e televisão do estado, foi realizada, dia 3, sessão solene em homenagem à entidade e a seus ex-presidentes, no Plenário Deputado Osni Regis.

O deputado Marcos Vieira (PSDB), destacou que a intenção do Parlamento foi valorizar o trabalho da entidade que tem importante influência na formação de opinião pública catarinense.

“O rádio e a televisão são os meios de comunicação mais democráticos e amplos que nos trazem cultura, informação, comentários e opiniões de todos os cantos de Santa Catarina. São prestadores de serviço, são de utilidade pública”, afirmou.

Já para o deputado Pedro Uczai (PT), a entidade tem uma importância na construção da história de cada cidadão. “Quantas histórias construídas, quantas lembranças”, comentou. Uczai acrescentou que a associação de-

veria ser modelo para o Brasil.

Segundo o deputado Nilson Gonçalves (PSDB), a sessão solene não teria melhor lugar para ser realizada senão na Assembléia Legislativa. “O rádio e televisão são os meios de comunicação mais populares que existem. A homenagem só poderia ser feita na Casa do Povo”, disse.

Integrantes

A mesa, presidida pelo líder tucano, proponente da homenagem, foi composta pelos deputados Uczai e Nilson Gonçalves, pelo presidente do TJ/SC, desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, pelo diretor de Imprensa do governo do Estado, José Augusto Gayoso, representando o governador Luiz Henrique da Silveira, pelo presidente do TC/SC, conselheiro José Carlos Pacheco, pela presidente da Acaert, Marise Westphal Hartke, pelo presidente do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de Santa Catarina (Sert/SC), Aryberto Léo Bartuscheck, e pelo presidente da Associação Catarinense de Imprensa (ACI), Ademir Arnon.



Vice-presidente Rubens Olbrisch (D) entrega placa a Roberto Amaral

Placas para ex-presidentes

Na solenidade, foram entregues placas à presidente da Acaert, Marise Hartke, aos ex-presidentes da entidade Euclides Simões de Almeida (in memoriam), representado por Dolores Simões de Almeida, Roberto Amaral; Darci Lopes (in memoriam), representado pelas filhas Regina e Elisabete

Lopes; Ramiro Gregório da Silva; Evilásio Paulo Vieira; Paulo Velloso; Marcelo Petrelli e Raineri Moacir Bertoli. “O evento é o reconhecimento pela atuação ética e responsável da entidade, que trabalha pela valorização das emissoras de rádio e TV de Santa Catarina”, destacou Marise Hartke.

Entidade trabalha pela regionalização

A Acaert tem seu trabalho ancorado em princípios como a valorização da programação regional, da profissionalização do radiodifusor, do fortalecimento de seus associados, do incentivo ao crescimento do mercado, da valorização das pequenas emissoras e da preocupação com as soluções dos problemas comunitários. Ela também é um importante agente de mobilização social.

De acordo com vídeo institucional apresentado durante a sessão solene, a associação investiu, no último ano, aproximadamente R\$ 12 milhões em serviços prestados à sociedade catarinense. Foram quase 1.300 ações sociais que receberam o apoio da Acaert, que hoje congrega 107 emissoras de rádio AM, 93 emissoras FM e 18 emissoras de televisão de todas as regiões de Santa Catarina.

INSTITUCIONAL

Jornada Maria da Penha leva informação para mulheres do Sul

Comissão de Direitos e Garantias Individuais promove debate sobre violência doméstica em Criciúma



Miriam Zomer

Reuniões para esclarecer benefícios da Lei 11.340 são realizadas nos municípios

Tatiani Magalhães

Depois de ouvir mulheres e autoridades nas regiões da Grande Florianópolis, Tubarão e Itajaí, a 1ª Jornada Lei Maria da Penha esteve em Criciúma, dia 30, dando continuidade aos debates sobre a violência contra a mulher. Promovidos pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembleia Legislativa, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), os encontros têm objetivo de informar os benefícios da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No discurso de abertura em Criciúma, a deputada Ada De Luca ressaltou a importância da participação de mulheres e autoridades de vários municípios da região que comparecem e contribuem com seus relatos. "Através desses depoimentos é possível discutir e

aplicar políticas públicas que possam sanar o problema", destacou. De acordo com a parlamentar, a força da mulher virou lei, que protege e pune qualquer tipo de agressão cometida contra as mulheres. "Quanto mais debatermos, mais coragem as mulheres vão ter para denunciar seus agressores. Nossa luta nessa jornada não se limita apenas à agressão psicológica ou física, mas se estende à discriminação da mulher. É preciso que as mulheres participem dos encontros, pois esse é um mecanismo para que elas encontrem forças para lutar e defender sua dignidade tanto no trabalho quanto na sociedade em geral", acrescentou.

Para Ada, o diálogo formado pela troca de informações é o caminho certo para que as mulheres se protejam, pois é comum que as vítimas sofram caladas as agressões psicológicas e físicas para, depois, tomar coragem e fazer a

denúncia. "Após esse raio-x feito a partir dos encontros realizados em 12 macrorregiões de Santa Catarina, a comissão, através de um estudo, vai encaminhar ao poder Executivo um projeto fundamentado na situação do estado, uma vez que a realidade é diferente de região para região", revelou.

Presente no evento, o secretário de Desenvolvimento Regional de Criciúma, Acélio Casagrande, apoiou a iniciativa da Assembleia Legislativa, afirmando que essa é a melhor forma de conscientizar e lembrar que as próprias mulheres são as multiplicadoras das informações adquiridas aqui. "Acredito que nas demais regiões, assim como em Criciúma, a falta de informação sobre o assunto prejudica as mulheres que não denunciam por não conhecerem seus direitos. Independente de faixa etária, as mulheres precisam saber dos direitos que têm assegurados pela Constituição", lembrou.

Palestra alerta para cuidados com a saúde

Convidada para falar sobre a "Saúde da Mulher", a médica Mariele Soares Graciano destacou que, entre as questões de agressão contra a mulher, um dos principais pontos a serem tratados deve ser a saúde da mulher, muitas vezes esquecida. "A saúde da mulher hoje não se restringe somente aos cuidados com a mama ou simplesmente exames ginecológicos. Atualmente, a fisioterapia urogenital colabora com vários tratamentos, inclusive com a região do períneo, onde muitas doenças acabam acontecendo. Nosso papel é orientar para que as mulheres saibam como agir com seus parceiros em casa ou em caso de violência sexual", frisou.

Mariele salientou que a vergonha faz com que muitas mulheres se mantenham caladas, pois a questão sexual ainda é carregada de preconceitos. "É raro vermos alguém falar sobre períneo ou vagina, é preciso mudar essa imagem", alertou.

Durante o encontro, o delegado

Alan Amorim, da Delegacia da Mulher de Criciúma, apresentou dados de inquéritos registrados em 2007 e no primeiro semestre de 2008, com relação a prisões em flagrante e denúncias de agressões. "Apesar de algumas dificuldades enfrentadas, como o excesso de trabalho e a redução do quadro funcional, buscamos cumprir com rapidez os requisitos que constam na Lei Maria da Penha, principalmente com a celeridade que é exigida ali."

Amorim informou que o acúmulo de trabalho se deve às demais ocorrências, uma vez que a delegacia também atende os idosos e atos infracionais praticados por adolescentes.

"Em 2007 foram registrados 250 inquéritos policiais, com 57 prisões em flagrantes e 3.654 boletins de ocorrência. Já em 2008, até agora, foram 74 inquéritos, 27 prisões e 1.600 boletins de ocorrência. Atendemos a todos, mas não com a agilidade que seria ideal", lamentou.

Miriam Zomer



Deputada Ada diz que debate estimula mulher a denunciar agressão

Plano de Educação Ambiental em discussão

Entidades e instituições preocupadas com a preservação do meio ambiente realizaram, dia 2, na Assembleia Legislativa, o quarto encontro regional, de um total de sete, de consulta pública sobre o Programa Estadual de Educação Ambiental. As discussões vão culminar com o encontro estadual, que será realizado dia 26 de junho, em Itajaí.

Promovido pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento

Sustentável com apoio de 27 instituições catarinenses, a consulta pública na Capital terminou com mais de 100 novas propostas. O objetivo da reunião foi deliberar sobre as idéias definidas nos sete grupos de trabalho que discutiram temas como a formação de recursos humanos para a educação ambiental no Estado.

Entre as indicações, estão a inserção de dimensão ambiental nos cursos de graduação e

pós-graduação, além da implementação de cursos de extensão universitária e de especialização específicos de Educação Ambiental nas instituições de Santa Catarina. Outras questões debatidas foram a ambientalização das instituições favorecendo o contato e interação da comunidade com o tema, desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; produção e divulgação de material educativo; acompanha-

mento e avaliação continuada; disponibilização permanente de informações; integração através da cultura de redes sociais e fontes de financiamento.

Todas as questões levantadas pela plenária serão levadas ao encontro estadual como proposta da Grande Florianópolis.

Balanco

As reuniões já foram realizadas

em São Miguel D'Oeste, Joaçaba e Lages. Os próximos serão em Blumenau, Joinville e Tubarão. Os encontros são dirigidos a diferentes segmentos do setor governamental, entidades de classe, setor produtivo, instituições de ensino e da sociedade civil que atuam na área de educação ambiental.

Em cada reunião os participantes têm a oportunidade de propor modificações ou acrescentar novas sugestões ao programa.

INSTITUCIONAL

Parlamento de SC sai fortalecido do Ceará

Na Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, Odete de Jesus e Elizeu Mattos assumem representações

A XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, promovida pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) e realizada em Fortaleza (CE) entre os dias 28 e 30 de maio, reuniu cerca de 1.500 pessoas, entre as quais 600 parlamentares de todas as Assembléias Legislativas do país e da Câmara Distrital (DF).

A representação parlamentar de Santa Catarina foi composta pela deputada Odete de Jesus (PRB) e pelos deputados Joares Ponticelli, Valmir Comin e Silvio Dreveck (PP), Renato Hinnig e Elizeu Mattos (PMDB).

Ao final da conferência, o Parlamento catarinense saiu fortalecido com a indicação para represen-

tação nas entidades. A deputada Odete de Jesus foi reconduzida à Executiva Nacional da Unale, cuja presidência agora cabe ao deputado do Tocantins César Halum (DEM).

Também em Fortaleza, durante a assembléia geral do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul (UPM), o deputado Elizeu Mattos foi eleito presidente da entidade. Mattos já exerce o cargo de vice-presidente da UPM, que congrega parlamentares estaduais e provinciais dos países do Mercosul. No bloco brasileiro também estão os deputados catarinenses Edison Andrino (PMDB), no Conselho Fiscal, e Renato Hinnig, como Tesoureiro.



Reconduzida à executiva da Unale, deputada Odete apresenta projetos e leis de sua autoria voltados às minorias



Deputado Elizeu Mattos (à direita) foi eleito presidente do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul

Troca de experiências

Entre os vários eventos simultâneos (veja box ao lado sobre a participação catarinense) foi realizado o Banco de Projetos de Lei, instrumento de troca de experiências e idéias entre os parlamentares de todas as regiões, do qual participou a deputada Odete de Jesus. Ela apresentou painel com projetos de lei e leis de sua autoria, em geral voltados para as minorias - mulheres, crianças e idosos.

As iniciativas que mais impressionaram os participantes foram a que autoriza o Executivo estadual a instituir o Programa de Atendimento Especial a Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual, a que institui a Semana do Aleitamento Materno e a que cria o Programa SOS Vovô, para

atendimento de casos de violência contra idosos.

Reforma

Durante a conferência da Unale também foi realizada a Reunião do Parlamento do Sul (Parlasul), tendo como tema central as reformas política e tributária. Os deputados estaduais de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul aprovaram moção que pede, entre outras coisas, maior autonomia política e financeira aos municípios, estados e Distrito Federal.

Os deputados catarinenses - Elizeu Mattos, Renato Hinnig, Odete de Jesus, Joares Ponticelli e Valmir Comin - ratificaram

o documento assinado por 23 parlamentares membros. Eles também marcaram posição contrária à proposta de reforma tributária do governo federal que, entendem, tenta abolir a forma federativa do Estado, algo que não pode ser objeto de emenda constitucional. Além disso, a proposta reduz receitas e exclui a competência dos estados, municípios e Distrito Federal de legislar sobre os impostos que lhes cabem.

A perda financeira deve-se ao fato de que 69,09% da arrecadação fiquem com a União, restando 24,3% para os estados e apenas 5,9% para os municípios. A descentralização e maior autonomia também estão sendo reclamadas na Argentina.

A participação dos servidores nos diversos eventos

I Fórum Nacional para Formação e Aprimoramento de Consultorias nos Legislativos Estaduais

O diretor-geral, Neroci da Silva, apresentou trabalho sobre a automação do processo legislativo. O chefe da Consultoria Legislativa, Carlos Alberto de Lima Souza, por sua vez, falou sobre o dia-a-dia da experiência da consultoria na Alesc.

Encontro Nacional de Cerimonial e Protocolo do Poder Legislativo

A coordenadora de Eventos, Rosana Brasca Cajuella, e a gerente do Cerimonial, Ilka Maria Fretta, falaram sobre organização de sessões solenes de outorga de medalhas.

XI Encontro Nacional das Escolas do Legislativo (ABEL)

Participaram a coordenadora, Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, a chefe da Seção Pedagógica, Valéria Corrêa Zacaron e a chefe da Seção de Projetos Especiais, Isabella Brand Flores, que discorreu sobre os programas Parlamento Jovem, Construindo um Novo Olhar e Fala Jovem.

XXV Encontro Nacional dos Procuradores de Assembléias Legislativas (Anpal)

Os procuradores Fábio Furlan e José Buzzi participaram do debate sobre a legitimidade ativa e passiva das Assembléias Legislativas para figurarem como parte nas ações judiciais, sendo representadas por suas procuradorias.

Reunião da Associação Brasileira de Rádio e TVs Legislativas (Astral)

A diretora de Comunicação Social, Lúcia Helena Vieira, e coordenador da TVAL, Valter Souza, participaram do debate sobre legislação e cronograma de implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital e sobre a criação da Rede Legislativa de Televisão.

I Fórum Nacional de Taquigrafia Parlamentar e Judiciária

A taquígrafa-revisora Siomara Videira fez apresentação a respeito da amplitude da função e das possibilidades de informatização neste segmento.

ESPECIAL

Audiência debate mudanças na educação federal

Decreto cria Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para agregar Cefets, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais

Rodrigo Viegas

A proposta do Ministério da Educação que estimula o processo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente, foi tema de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa. A iniciativa foi do vice-presidente da comissão, deputado Pedro Uczai (PT), e reuniu alunos, docentes, representantes de sindicatos e autoridades no auditório do Tribunal de Contas de Santa Catarina, no dia 2, para debater a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs). Os IFETs, em caso de aprovação, vão formalizar a agregação voluntária dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs).

O Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelo ministro da Educação, Fer-

nando Haddad, estabelece diretrizes para a criação dos IFETs, que serão instituições especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, com forte inserção na área de pesquisa e extensão. As manifestações à proposta foram, em sua maioria, favoráveis, mas as ponderações contrárias foram defendidas de forma enfática pelos representantes do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe).

Falta de autonomia e dotação orçamentária, bem como a instabilidade jurídica da ação foram as principais críticas. Já os defensores do projeto, entre eles o representante da União Catarinense dos Estudantes Secundaristas, Jorge Morais, o deputado proponente da audiência e docentes dos Cefets favoráveis à proposta enaltecem a expansão, o fomento à pesquisa, a criação de novos cursos e a equivalência da instituição ao ensino superior como pontos fundamentais para sua aprovação junto à comunidade acadêmica.



Promovida pela Comissão de Educação, reunião avalia reflexos de mudança defendida pelo governo federal; manifestações, em sua maioria, foram favoráveis à nova configuração

Prós

1. Expansão

A transformação do CEFET-SC em IFET-SC significa, na prática, uma instituição tecnológica federal em todas as regiões do Estado capaz de viabilizar a formação profissional e tecnológica em todos os seus níveis, garantindo ao aluno desde a Formação Inicial e Continuada, Técnico de nível médio, Graduação, até Pós-graduação (mestrado e doutorado).

2. Gestão com maior autonomia pedagógica e administrativa

Os IFETs terão natureza jurídica de autarquia e, sob o aspecto de regulação, avaliação e supervisão das instituições dos cursos da educação superior, serão equiparados às universidades. Cada entidade será organizada em estrutura multicampus, com proposta orçamentária anual, identificada para cada campus e vice-reitoria, em decisões colegiadas.

3. Identidade nacional assegurada

Os IFETs serão criados mediante única lei, assegurando a institucionalidade de uma nova estrutura, capaz de articular a educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis de forma clara e inequívoca em toda a rede formalmente constituídas.

4. O fomento à pesquisa

Os IFETs atuarão em pesquisa, intervindo em favor do desenvolvimento nacional e regional.

5. Plano de carreira

Um grupo de trabalho composto por representantes do sindicato, MEC e outros órgãos que congregam a educação na Rede Federal, irão elaborar uma proposta para a criação da carreira da educação profissional e tecnológica.

Fonte: alguns pontos da Tese "O credenciamento do Cefet-SC como IFET-SC: A necessária e oportuna evolução institucional"

Contras

1- Intenção

Ao editar o Decreto nº 6.095/07, o MEC apresenta uma intenção de estimular "o processo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente". Para tanto, estabelece um ritual que passa por: 1) celebração de um termo de acordo entre as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica em cada estado da federação; 2) elaborar um Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI; 3) aprovar a proposta nos órgãos superiores de gestão de cada uma das instituições envolvidas. Não havendo efetivamente nenhuma proposta de integração do CEFET-SC com as outras autarquias federais que atuam na educação profissional e tecnológica em Santa Catarina não há porque fazer a transformação para IFET, já que a razão primeira do decreto - a reorganização da rede - não se efetivará. A estrutura de multicampi, que aparentemente amplia a autonomia das atuais unidades, pode ser adotada para o Cefet, basta que haja vontade política do MEC uma vez que não há nenhuma restrição legal.

Na proposta de gestão democrática - escolha do reitor e vice-reitor - do IFET há um grave retrocesso em relação ao que está estabelecido hoje para os Cefets. Restringe-se o universo de servidores que podem concorrer a reitor - somente docente da classe especial e com doutorado indo na contramão das conquistas históricas dos trabalhadores da educação.

2. Expansão

Não há no Decreto nº 6.095/07 nenhum vínculo do IFET com a expansão da rede. Todas as novas unidades aprovadas e consolidadas, até o momento, fazem parte do Cefet-SC (Joinville, Continente, Chapecó e Araranguá).

Fonte: alguns pontos da tese "Consolidar o CEFET como parte da Política Pública de Estado em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)"



Estudantes catarinenses defendem a transformação dos Cefets em Ifets

Proposta registra apoio de 76% em SC

Em Santa Catarina, a mudança aconteceu com a participação da comunidade acadêmica depois de um longo processo de mobilização, que contou com 18 debates preparatórios e a exposição plural de teses, tanto a favor como contra. No dia 6 de março deste ano, cerca de três mil votantes, nas sete unidades da instituição, entre alunos, administradores e professores, definiram sua preferência.

Com 76% dos votos, a criação dos IFETs recebeu o respaldo para a proposta. A consulta, única do tipo no país, foi considerada pelos idealizadores um exemplo de democracia participativa para os demais Cefets.

Encaminhamentos

O deputado Pedro Uczai elogiou a iniciativa da participação da comunidade acadêmica no processo e ressaltou que é papel da Assembléia mediar os debates e colocar, de forma democrática, as diferentes visões da proposta. Também destacou que cabe ao Congresso Nacional o aperfeiço-

amento da matéria e é responsabilidade da sociedade pressionar seus representantes a defenderem as posições colocadas.

Sobre a audiência, Uczai propôs os seguintes encaminhamentos: garantia de autonomia e percentual de repasse orçamentário estipulado no projeto de lei; manutenção do caráter público e gratuito; discussão da gestão financeira; garantia de recursos humanos para atendimento da nova realidade como licenciatura, mestrado, doutorado e pesquisa. Participaram da mesa da audiência o diretor-geral do Centro de Ciências Agroveterinárias da Udesc, Adil Knackfuss Vaz; a diretora de Administração do Cefet-SC, Rosângela Casarotto; o diretor de Políticas Educacionais do Sinasefe-SC, Ricardo Scopel Velho; o diretor de Gestão do Conhecimento do Cefet-SC, Jesué Graciliano da Silva; o representante do Grêmio Estudantil da Unidade São José do Cefet-SC, Vitor Sodré Dias; e o presidente da União Catarinense dos Estudantes Secundaristas, Jorge Morais.

Regras eleitorais em destaque em Canoinhas

As normas que regem as eleições municipais em 2008 foram debatidas em Canoinhas, no Planalto Norte catarinense, dia 30, na Câmara de Vereadores. Cerca de 110 pessoas, entre agentes públicos e políticos, pré-candidatos, assessores parlamentares e estudantes participaram do evento, que também atraiu a atenção das cidades vizinhas do Paraná, como São Mateus e Palmas.

O encontro fez parte da quarta etapa do "Ciclo de Debates sobre as Eleições Municipais em 2008", uma promoção da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por intermédio da Escola do Legislativo, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral (TRE), Instituto de Contas (TCE) e com o apoio da Câmara de Vereadores de Canoinhas e da Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc).

A abertura oficial contou com a presença do deputado Antonio Aguiar (PMDB), que representou o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia; do prefeito municipal de Canoinhas, Leoberto Weinert (PMDB), do presidente

da Câmara de Vereadores anfitriã, Bene Carvalho (PMDB) e da servidora da Escola do Legislativo, Maria Fernanda Pain Neves, representando o deputado licenciado Joares Ponticelli (PP), presidente da Escola do Legislativo.

Para o deputado Aguiar, é muito importante a presença da Escola do Legislativo no interior do estado e, mais importante ainda, pelo tema abordado no Ciclo de Debates. "Sabemos da má impressão que a população tem sobre a classe política, mas estamos aqui para mudar esse panorama. Acredito que todos aqui hoje estão imbuídos de boas intenções." O presidente do Legislativo municipal destacou que esta é uma oportunidade única de aprendizado na região. "Talvez não tenhamos mais oportunidade como essa. As regras eleitorais são importantes por oportunizar a igualdade nas eleições. Então este é o momento para tirar as dúvidas".

O prefeito Leoberto Weinert enfatizou a importância do encontro por "mostrar a face da Legislação sobre as normas que regem as eleições municipais de 2008".



Deputado Aguiar representa presidente da Casa no encontro

Concórdia sedia próxima reunião

O Ciclo de Debates sobre as Eleições Municipais em 2008 estará em Concórdia, dia 6. A programação do evento inicia no período da manhã com o tema "Acessibilidade, Inclusão e Cidadania das Pessoas com Deficiência" e "Regras para as Eleições 2008".

No período da tarde os assuntos "Prestação de Contas de Campanhas" e "Término de Exercício Eletivo: possibilidades e restrições no último ano do mandato" nortearão os debates.

O evento tem objetivo de propiciar a capacitação, atuali-

Palestras alertam candidatos

O promotor de Justiça de Itaiópolis, Pedro Decomain, tirou as dúvidas dos presentes no Ciclo de Debates a respeito da legislação eleitoral. "A novidade não está nas regras, mas sim, por elas estarem sendo utilizadas pela primeira vez em eleições municipais", observou.

Já a palestra "Acessibilidade, Inclusão e Cidadania das Pessoas com Deficiência", tema presente em todas as etapas do Ciclo, foi ministrada pela pedagoga Neiva Maria Passos, coordenadora da Comissão de Acessibilidade da Fundação Catarinense de Educação Especial e por Clerson Larroyd, arquiteto, engenheiro de Segurança do Trabalho e mestre em Ergonomia. Para os palestrantes, a participação nos eventos da Escola está sendo muito importante para "plantar a semente sobre o assunto."

Prestação

No período da tarde, a primeira palestra foi sobre "Prestação de Contas de Campanhas", apresentado pelo técnico do TRE/SC, Elton Carioni Carsten, que ressaltou ser este um ponto pouco observado pelos candidatos. "Os candidatos precisam ficar atentos para não sofrerem penas futuras" alertou.

A reunião foi encerrada com a palestra "Término de Exercício Eletivo: possibilidades e restrições no último ano do mandato", proferida pelo diretor de Controle dos Municípios do Tribunal de Contas do Estado, Geraldo José Gomes. Ele alertou para o cuidado que devem ter os candidatos em término de mandato. Para Gomes, "é preciso que o administrador preste atenção ao contrair obrigação pelo Poder a partir de 01/05 que não possa ser paga até 31/12/2008, ou que tenha parcelas deste mandato pendentes de pagamento para o exercício seguinte sem a correspondente disponibilidade financeira."

zação e a troca de experiências entre os agentes políticos, pré-candidatos a mandatos eletivos, lideranças comunitárias, servidores e assessores de Câmaras e Prefeituras Municipais, associações de câmaras, associações de municípios, lideranças comunitárias e demais interessados.

COMISSÕES

Relatório final do projeto que cria o Iprev será apresentado dia 10

Com 60% das emendas acatadas, texto recebeu pedido de vista coletivo dos deputados para análise das mudanças

Scheila Dziedzic

O líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), vai apresentar no dia 10 o relatório final do PLC 50/07, do Executivo, que transforma o Ipsc em Iprev e reorganiza o Regime Próprio de Previdência do Servidor do Estado de Santa Catarina. Em reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, e Trabalho e Serviço Público, dia 3, os parlamentares tomaram conhecimento de todas as emendas acatadas e que serão incorporadas ao projeto no parecer final. O projeto deve ser votado nas comissões no dia 17.

O pedido de vista coletivo aos membros das três comissões nas quais tramita a matéria está mantido até a reunião do dia 10, para que os deputados possam analisar as emendas com "toda a calma e atenção necessária ao assunto", explicou Herneus.

O relator também fez questão de registrar a participação efetiva de técnicos de todos os poderes, bem como dos parlamentares, através de emendas, no sentido de aperfeiçoar a proposta de reestruturação do regime previdenciário. Segundo informou o relator, foram acatadas 60% das emendas.

Questionamentos

O líder do PT, deputado Pedro Uczai, afirmou que sua

bancada continuará defendendo a existência de apenas uma unidade gestora do sistema previdenciário. "O que percebo é que, apesar da seriedade com que o líder do governo vem tratando o projeto, este não contempla esta situação", lamentou. Uczai explicou que a exigência para que o governo federal libere o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) a Santa Catarina é apenas a adequação até o dia 30 de junho. Isso não envolve outros aspectos que constam da proposta do Iprev, como a criação de dois fundos e a alteração de alíquotas, entre outros itens.

Para isso, ele sugere que o governo destaque a proposta em dois projetos: um para uma unidade gestora, conforme prevê o artigo 40, parágrafo 20, da Constituição Federal, e outro para se construir um novo modelo de previdência. Uczai revelou que se o PT apresentar emendas será um substitutivo global contemplando esta situação.

Herneus de Nadal lembrou que não há mais tempo para emendas. Em resposta ao líder petista, Nadal explicou que a unidade gestora será o Iprev e que com este novo modelo previdenciário estarão garantidas as aposentadorias e pensões dos servidores públicos, bem como a possibilidade de maiores recursos ao Estado para investimentos.



Parlamentares participam da reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Trabalho

Servidores montam "varal" de assinaturas contra PLC

Rose Mary Paz Padilha

Mais de 20 mil assinaturas de servidores públicos estaduais das principais regiões de Santa Catarina contra o Projeto de Lei Complementar nº 50/07, do governo, que cria o Iprev, fizeram parte de um "varal" montado na manhã dia 3, no hall da Assembleia Legislativa. Entre as assinaturas, aparece a frase que resume o pensamento dos manifestantes sobre o assunto: "O Iprev será rejeitado por toda Santa Catarina", uma referência ao slogan de campanha do governador do Estado.

A vigília, que antes ocorria nas sessões plenárias das quintas-feiras pela manhã, passou a ser diária. Antes da concentração

no hall, sindicalistas e servidores acompanharam a reunião das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, e Trabalho e Serviço Público, onde o líder do governo, deputado Herneus de

Nadal (PMDB), apresentou o relatório. "Queremos que o projeto seja arquivado", ressaltou Mario Antonio da Silva, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais (Sintesp).



Manifestantes exibem varal contrário ao Iprev

Secretário presta contas do primeiro quadrimestre

Andreza de Souza

O secretário estadual da Fazenda, Sérgio Alves, compareceu à reunião da Comissão de Finanças e Tributação, dia 4, para informar receitas, despesas e os investimentos realizados pelo governo estadual no primeiro quadrimestre de 2008. Cumprindo determinação constitucional, informou aos membros da comissão e aos demais presentes dados sobre o Relatório de Gestão

Fiscal (RGF) do período de janeiro a abril deste ano e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do segundo bimestre de 2008, publicados no Diário Oficial do Estado em 29 de maio.

Alves ressaltou que a receita orçamentária teve um crescimento médio de 19,42% em relação ao mesmo período de 2007, em torno de R\$ 3,29 bilhões. Em relação à receita orçamentária anual, a equipe da Fazenda apresentou uma previsão de R\$ 10,6 bilhões para 2008,

ou seja, um crescimento de 14,92% em relação ao exercício passado, de R\$ 9,3 bilhões. "Do ponto de vista quantitativo tivemos um crescimento bastante significativo. Isso é fruto do desempenho da própria economia do estado e do país, mas também do trabalho qualitativo da nossa equipe. Um trabalho sério, competente e bem dirigido aos interesses de toda a sociedade", observou Alves, ressaltando que, se os números não são os ideais, no momento, são satisfatórios.

Alves destaca equilíbrio nas contas

No primeiro quadrimestre, as despesas foram de R\$ 2,88 bilhões e apontou um superávit contábil de R\$ 406,23 milhões. A despesa com pessoal e encargos, segundo o secretário, ficou com 41,57% da receita, sendo seguida pelos juros, com 7,44%, e investimentos, com 4,88% no período. "Com o aumento da receita foi possível equilibrar o orçamento. Estamos em sintonia entre meta e arrecadação", disse.

Sérgio Alves destacou as aplicações legais nas áreas da saúde e educação. "Na saúde, o Estado tem

a obrigação de repassar anualmente 12% e já foram investidos 10,92%. Já na educação, da obrigação de 25% ao ano, o investimento está em 23,51% apenas no primeiro quadrimestre", afirmou.

O secretário destacou algumas ações do governo estadual, destacando o Programa Pró-Emprego; Projeto de Educação Fiscal, principalmente na comercialização de cigarros e bebidas e adoção do regime de substituição tributária; além de ações como o crédito para micro e pequenos empresários.

GERAL

Parlamento aprova matérias em defesa do meio ambiente

Deputados autorizam projeto que regula destino de óleos lubrificantes e o que exige uso material biodegradável

Dois projetos de lei de caráter ecológico foram aprovados na sessão ordinária do dia 4, na Assembléia Legislativa, aproveitando a passagem da Semana do Meio Ambiente. O primeiro, de nº 273/07 e autoria do deputado Onofre Agostini (DEM), obriga estabelecimentos comerciais a utilizarem material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos, e também incentiva estes estabelecimentos a adotarem programas ambientais. O segundo, de nº 34/08 e que tem como autor o deputado Gelson Merísio (DEM), trata da coleta, recolhimento e destino final das embalagens de óleos lubrificantes.

Em sua justificativa para a apresentação da matéria, Onofre destacou que algumas estimativas indicam a produção anual de 210 mil toneladas de plástico-filme no Brasil. O composto é utilizado principalmente para a fabricação de sacolas de supermercado. Na maioria das cidades não existe a



Carlos Kilian

No embalo da Semana do Meio Ambiente, parlamentares demonstram preocupação com a mãe natureza

coleta seletiva e todo esse plástico termina em aterros sanitários e lixões a céu aberto. Além de usar petróleo (combustível fóssil e poluente) na produção, algumas

embalagens precisam de 300 anos para se decompor no ambiente. Já os sacos biodegradáveis desaparecem em até 40 dias, dependendo da condição em que for estocado.

A proposição aprovada determina a adoção de embalagens plástica oxi-biodegradáveis, que apresentam degradação inicial por oxidação acelerada pela luz e pelo

calor e em um período de tempo especificado. O PL 273/07 absorveu proposta semelhante do deputado Professor Sérgio Grando (PPS) e contou com emenda modificativa do deputado Pedro Uczai (PT).

Já o PL 34/08 recebeu emenda modificativa global do líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), que aperfeiçoou a proposta que obriga os consumidores finais de lubrificantes a devolver as embalagens de óleo utilizadas. O óleo lubrificante que fica como resíduo nas embalagens representa uma porcentagem ínfima do lixo, entretanto, o impacto ambiental é grande para reservas hídricas. Um litro de óleo automotivo polui um milhão de litros de água, formando, em poucos dias, uma fina camada sobre a superfície de mil metros quadrados e bloqueando a passagem de luz e ar. De acordo com estudos, os frascos de óleo, quando descartados, ainda mantêm uma quantidade média de 3% do seu conteúdo na embalagem.

Novo calendário do orçamento

Para discutir os investimentos elencados pelos municípios ao Orçamento do Estado para 2009, será realizada dia 11, às 14 horas, no Auditório da Unesc em Joaçaba, a primeira audiência pública para tratar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), biênio 2008/2009. Houve mudança no cronograma das audiências, inicialmente previstas de 9 a 19 de junho, em razão de a Comissão de Constituição e Justiça ter agendado para os dias 10 e 17 a análise e a votação do projeto que cria o Iprev. Com isso, as audiências do orçamento passam a ser realizadas no período de 11 a 24 de junho. Os encontros, num total de nove, acontecerão na jurisdição das secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e, devido à participação dos deputados, nesses dias não haverá sessões plenárias.

Criado Fórum Permanente contra Enchentes

Para atuar em parceria com a Defesa Civil e na prevenção de enchentes que atingem Santa Catarina, os parlamentares aprovaram, dia 4, requerimento do deputado Jean Kuhlmann (DEM) pela criação do Fórum Permanente de Aprimoramento do Sistema de Proteção contra Enchentes em Santa Catarina. Com esta iniciativa, o democrata pretende provocar ações como a recuperação de barragens, a implantação do sistema de telemetria, obras de contenção de enchentes e prevenção no tratamento do sistema de água. Este último, especificamente em Blumenau, município que possui em seu histórico as maiores enchentes ocorridas no estado.

Uma das primeiras ações neste sentido será buscar, junto ao governo do Estado, a disponibilização de valores, ainda no orçamento que será apreciado este ano para aplicação em 2009 e também no Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e listar quais são os principais problemas em todo o estado. Esses procedimentos contarão com o auxílio da

Defesa Civil de cada município.

Blumenau

Kuhlmann diz que o Fórum pretende atender não somente situações que ocorrem em Blumenau, mas em todas as outras cidades do estado que tenham problema com cheias na época das chuvas. Ele cita como exemplo de ação efetiva a elevação para 16 metros acima do mar da estação de tratamento, captação e distribuição da água potável, a partir do momento em que o rio Itajaí-Açu atingir 10 metros acima do nível do mar. Com isso será possível alertar a população dos riscos de enchente. "O problema que enfrentamos hoje é com a inundação da estação. Cerca de 70% da população de Blumenau fica sem abastecimento de água potável", destacou.

Um dos recursos que deve ser implantado em Blumenau em parceria entre o governo do Estado e a prefeitura municipal, segundo Kuhlmann, é a instalação do sistema de telemetria modernizado. Essa medida per-

mitirá a realização de cálculos mais precisos, por exemplo, sobre a quantidade de chuva, o nível do rio e a interferência da precipitação na elevação do rio. Com o cálculo será possível alertar a população, com até 10 horas de antecedência, para que saiam do local que poderá ser inundado com as chuvas.

Eduardo Guedes de Oliveira



Kuhlmann: prevenção

Oficiais pedem apoio na CCJ

Um grupo de cerca de 50 oficiais da Polícia Militar conversou dia 3 com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Romildo Titon (PMDB), sobre o PLC 14/08, que fixa o efetivo máximo da Polícia Militar no Estado. Pela proposta enviada pelo Executivo, o teto do efetivo ficará em 20.308 policiais, distribuídos nos diversos quadros da corporação. Atualmente, o número máximo, previsto em lei de 1987, é de 13.700. Porém, o efetivo real da PM está em cerca de 11.500 policiais.

Os oficiais questionaram a retirada do regime de urgência pelo Executivo. Segundo o presidente da CCJ e relator da matéria, a mudança aconteceu devido ao grande número de emendas parlamentares e da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc), o que estaria descaracterizando o projeto original do governo.

PLENÁRIO

Legislativo recebe sete novos parlamentares

A exemplo do que vem acontecendo com o Partido Progressista, que abriu neste semestre vagas para suplentes na Casa, PMDB, PDT e DEM iniciaram seus rodízios nesta semana



Ivan Naatz, Blumenau

Denise Arruda Bortolon Graziela May Pereira

Dentro da proposta de garantir posse aos suplentes de deputados, o Partido Progressista abriu espaço, pela primeira vez, ao Partido Verde. O quarto suplente da coligação, advogado blumenauense Ivan Naatz assumiu, no dia 3, a vaga de Kennedy Nunes (PP), licenciado por 60 dias.

Em seu primeiro pronunciamento, Naatz afirmou que o Partido Verde vem conquistando muitas cadeiras no país. Segundo ele, já são 58 deputados estaduais, um ministro de estado e vários secretários. "É preciso sair do discurso e trabalhar na prática. Estamos aqui para trabalhar pelo meio ambiente e políticas públicas como saneamento básico e segurança", falou.

No dia 4, foram empossados seis novos parlamentares. Ismael dos Santos e Carlos Hoegen, do DEM, Adherbal Ramos Cabral – Deba, Carlos Chiodini e Valdir Cocalchini, do PMDB, além de Ce-



Carlos Hoegen, Ituporanga



Ismael dos Santos, Blumenau



Carlos Chiodini, Jaraguá do Sul



Carlos Kilian

Novos deputados são recebidos pela mesa da Casa

zar Cim (PDT), deverão permanecer na Assembléia Legislativa por um período mínimo de dois meses. Os novos parlamentares ocupam as vagas dos deputados Cesar Souza Júnior e Darci de Matos (DEM), que ficam licenciados do cargo até novembro para disputar as eleições municipais, e de Ada De Luca, Ed-

son Piriquito e Genésio Goulart, do PMDB, e Dagomar Carneiro, do PDT, que ficarão afastados por 60 dias.

O deputado licenciado Dado Cherem e o secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, suplente de deputado, assumiram na Casa no dia 3, mas se licenciaram no mesmo dia.



Adherbal R. Cabral, Navegantes

Discursos fazem balanço de trajetória

Em seu discurso de apresentação, o deputado Carlos Hoegen (DEM) afirmou que pretende ser o porta-voz de sua região. "Sou de uma região pujante e vou lutar para que possamos crescer cada vez mais", disse. Hoegen, que já foi prefeito de Ituporanga por três vezes e é profissional de rádio, ainda falou que sua base de trabalho será focada nas melhorias da BR-470, na diminuição do êxodo rural, além de dar ênfase a novos mecanismos de bolsas de estudos que possam ajudar estudantes carentes a cursar a universidade.

O também empossado deputado Ismael dos Santos (DEM), natural de Blumenau, onde foi vereador por três mandatos consecutivos, agradeceu a todos pela acolhida. "Não é possível traduzir em palavras o que estou sentindo. Trilhei por caminhos difíceis. Afinal, foram três tentativas fracassadas. Entretanto, não quero voltar ao passado. A esperança foi reavivada." Ele lembrou que nas eleições anteriores foi o mais votado, recebendo mais de 60 mil votos, mas não assumiu uma vaga porque não obteve legenda. Santos quer trabalhar na área da

ação social e seus enfoques serão as crianças, os adolescentes e as pessoas com necessidades especiais.

Já Carlos Chiodini (PMDB) presidente da JPMDB estadual, residente em Jaraguá do Sul e empresário do setor de combustíveis, relatou o desapego dos jovens com a política, quadro que pretende reverter. "Os jovens precisam se dar conta de que é o seu dinheiro que fomenta a política, portanto, ela faz parte das nossas vidas e é preciso participar ativamente." Ele tem como missão desenvolver projetos que dêem respostas aos interesses da juventude.

Dar continuidade aos projetos de lei apresentados pelo deputado Edson Piriquito e defender a população da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri) são as finalidades de Adherbal Ramos Cabral (PMDB). Advogado e conhecido como Deba, já foi vereador e se elegeu prefeito de Navegantes por três mandatos. Foi diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí. "Não quero olhar para partidos políticos, mas, sim, para ações que visem o desenvolvimento da nossa região", ressaltou.

Retornando

Também empossado o peemedebista Valdir Cocalchini, que já passou pela Casa em 2002 por um período de 30 dias e tem muita experiência política. Trabalhou com parlamentares federais e nos quatro últimos governos do PMDB em Santa Catarina, sendo neste último Secretário de Desenvolvimento Regional de Caçador. Aumentar os índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da região que representa é o principal objetivo durante sua atuação no Parlamento.

O último parlamentar a ser empossado foi Cesar Cim (PDT). Ele também já ocupou um assento na Casa em 2004. Entre suas metas estão os interesses do município que representa: Blumenau.

Com a chegada de Cim, o município terá uma bancada formada por cinco parlamentares. "Blumenau está feliz vendo a representação que tanto merece." Mesmo assim, ele acha que cinco deputados não são suficientes para defender a cidade e quer eleger mais representantes.



Valdir Cocalchini, Caçador



César Cim, Blumenau

PLENÁRIO



Eduardo Guedes de Oliveira

Deputado Manoel Mota, líder do PMDB, esteve entre os defensores entusiásticos do governador

Deputados debatem o caso do jornalista preso por suposta extorsão

Rodrigo Viegas

A prisão do jornalista Nei Silva, acusado de extorsão contra integrantes do governo do Estado, foi tema recorrente em todas as sessões plenárias da semana. O caso destaque na imprensa foi tratado como de extrema gravidade pela bancada de oposição. A base governista, por sua vez, criticou o pré-julgamento e o que rotularam de absoluta falta de cautela de alguns parlamentares.

O jornalista foi preso em Florianópolis. Ele recebeu voz de prisão, segundo o delegado Renato Hendges, quando iria receber R\$ 40 mil do ex-secretário de Estado de Planejamento, Armando Hess de Souza, que se apresentava como interlocutor do governo no caso considerado de extorsão.

O jornalista é autor do livro "A descentralização no banco dos réus", publicação de mais

de 300 páginas que detalha supostas negociações em torno de anúncios na Revista Metrópole, pivô do processo que pede a cassação do mandato do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) por propaganda irregular. O autor acusa o governo de contratar a revista Metrópole por R\$ 500 mil para divulgar a descentralização, inclusive com a publicação de pesquisas eleitorais, além da instalação de três outdoors.

Denúncias

Preocupado com o papel constitucional do Legislativo de fiscalizar e investigar o Executivo, o líder do PT na Casa, deputado Pedro Uczai, afirmou que sua bancada não vai se omitir em relação às denúncias. O parlamentar relacionou questionamentos que ficaram no ar em relação ao caso.

A veracidade das denúncias e das transcrições contidas no livro, o porquê da proibição de seu conteúdo e a dúvida em torno do caso de extorsão ou cobrança de dívidas foram destacados por Uczai, que recebeu apoio dos petistas Padre Pedro Baldissera e Dirceu Dresch.

Com um discurso incisivo e um exemplar do livro em mãos, o deputado Jaime Pasqualini (PP) identificou que "está se comprovando a ilegitimidade desta administração" e afirmou que "a prisão do acusado é uma tentativa de segregar a verdade. O livro mostra aquilo que o Tribunal Superior Eleitoral já sabe, que a eleição de 2006 ocorreu em cima do abuso do poder econômico", sentenciou.

Pasqualini anunciou também a intenção de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso.

Governistas lamentam pré-julgamento de colegas

Depois das manifestações da oposição, vários líderes subiram à tribuna para defender o governo e classificar de prematuro e precipitado o julgamento dos colegas. O líder do Democratas, deputado Gelson Merísio, lamentou o pré-julgamento e sugeriu uma profunda análise antes que se apresente o fato como consumado e comprovado. Também rotulou de absurdo o argumento de ilegitimidade da eleição. Lembrou que o governador Luiz Henrique da Silveira saiu vitorioso do pleito graças a uma aliança consistente com diversos partidos e uma política de descentralização aprovada pela sociedade catarinense.

Na mesma direção concentrou-se o pronunciamento do deputado Marcos Vieira, líder do PSDB na

Assembleia. Relembrou a trajetória política "irretocável" de Luiz Henrique e sua conduta exemplar no processo de reeleição, quando "abdicou da caneta para concorrer em pé de igualdade com seu adversário". Se disse atônito com a tentativa da oposição de distorcer os fatos, transformando um acusado de extorsão em vítima.

Tranquilo, o deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo na Casa, disse entender as atribuições da oposição no Legislativo. "Mas quando ouço manifestações contundentes, chegando à acidez, contra o governador, é importante que tenhamos condição de refletir com a máxima ponderação e equilíbrio para que não incorramos em acusações que jamais poderão

ser reparadas", falou. Herneus também acrescentou que "a vida política do governador fala por si e a administração de Santa Catarina comprova sua competência". Já o deputado Carlos Hoegen (DEM) criticou quem considera a publicação uma obra jornalística e disse que seu conteúdo é baseado em "fatos infundados".

Ainda ocuparam espaço para tratar do tema o deputado Manoel Mota, líder do PMDB, que creditou as duras críticas ao "desespero da oposição", e o deputado Elizeu Matos (PMDB), que exigiu cautela e alegou que cabe à justiça investigar a tentativa de extorsão. "Não podemos admitir um julgamento político. Este é um caso de polícia e a justiça vai tomar as devidas providências".

[GABINETES]

MOÇÕES DE APOIO

Entidades representativas do setor agrícola, sindicatos, cooperativas e câmaras de vereadores do Estado já começaram a enviar moções e mensagens de apoio aos projetos que regulamentam a produção de leite em Santa Catarina, apresentados pelo deputado Dirceu Dresch (PT). As manifestações estão sendo encaminhadas aos deputados.

Os quatro projetos foram apresentados pelo parlamentar no início do mês de maio. Eles visam garantir condições e incentivos para a permanência da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite no futuro. Segundo ele, isso mostra que há uma compreensão da sociedade, principalmente ligada ao meio rural, de que o leite tem um papel importante na geração de renda, permitindo que o agricultor familiar e os jovens fiquem no campo. (Edson Junkes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

AUDIÊNCIA NO TJ/SC

Lideranças do Planalto Norte de Santa Catarina agendaram audiência na capital, para esta sexta-feira, dia 6, com o desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça (TJ/SC).

Durante a reunião, a comunidade de São Bento do Sul, representada por juízes, promotores, advogados, empresários e autoridades políticas locais – capitaneada pela deputada Odete de Jesus (PRB), reforçará a postulação feita pela parlamentar para que o município receba a instalação da 3ª Vara Cível da Comarca de São Bento do Sul.

"O pleito é de extrema relevância para o município de São Bento do Sul já que, segundo informações da própria Justiça local, a última vara instalada, foi em setembro de 1987", informa a deputada Odete de Jesus. "Com a instalação de outra vara, se buscará a rapidez e agilidade nos julgamentos que vem ao encontro dos anseios dos munícipes", argumenta a autora da indicação. O encontro acontece às 17 horas no gabinete do presidente do TJ/SC. (Marly de Paulla, assessora da deputada Odete de Jesus)

TRANSFERÊNCIA DE POLICIAIS

O deputado Genésio Goulart (PMDB) apresentou em plenário no dia 3, indicação ao governo do Estado para a revogação do ato de transferência de policiais dos batalhões da Polícia Militar da região da Amurel para a Penitenciária Regional de Criciúma.

Em sua última sessão antes de licenciar-se da Assembleia Legislativa pelo período de 60 dias, Genésio posicionou-se contrário à medida que, segundo ele, "acarretará fragilidade na segurança da região da Amurel".

A proposição, aprovada pelo Plenário, solicita ao governador do Estado, ao Secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e ao Comandante da Polícia Militar, a revogação do ato de transferência dos policiais. "Existe preocupação com a transferência de 23 policiais do Batalhão de Polícia Militar de Tubarão para a Penitenciária Regional de Criciúma. Devido ao número reduzido de policiais, sugerimos que a transferência seja feita por policiais militares voluntários", defendeu o parlamentar. (Julio Cancellier, assessor do deputado Genésio Goulart)

VITIVINICULTURA CATARINENSE

O presidente do Sindicato do Vinho, Celso Panceri, e o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), estiveram no dia 5 em Bento Gonçalves para uma reunião com os responsáveis pelo Fundo Estadual de Apoio à Vitivinicultura (Fundovitis) do Rio Grande do Sul. O objetivo foi colher informações sobre o processo de constituição do Fundovitis e aproveitar a experiência em Santa Catarina.

O projeto que cria o Fundo de Apoio à Vitivinicultura no Estado foi apresentado pelo deputado Padre Pedro em março, depois da reivindicação de produtores e especialistas na área, durante a Feira Camponesa da Uva, em Tangará. O objetivo é destinar 2% do ICMS da cadeia produtiva da uva para pesquisas, promoção e organização do setor em Santa Catarina. (Cássio Turra, assessor do deputado Padre Pedro Baldissera)

COMUNIDADE

Projeto Farmácia da Natureza Itinerante coloca saúde ao alcance de todos

Objetivo é resgatar o saber popular e disseminar cultivo e uso correto de plantas nos municípios

Andreza de Souza

Quem nunca ouviu a milagrosa receita do chazinho da vovó que atire a primeira pedra. Falar em chá caseiro utilizando ervas e plantas medicinais para combater mal-estares do corpo e da alma é lembrar dos nossos antepassados, é reviver a história do homem.

O hábito de recorrer aos benefícios dos chamados "remédios naturais" proporcionados pela mãe natureza vem de um conhecimento empírico, mas hoje, os efeitos terapêuticos estão apoiados em pesquisas científicas.

Atualmente, a fitoterapia está em alta. Na busca por uma vida saudável, as pessoas estão praticando exercícios, adotando uma alimentação mais natural e recolocando as ervas medicinais no livro de receitas da família. E é observando essa prática natural que se baseia o projeto "Farmácia da Natureza Itinerante – A Natureza em defesa da vida", de Alésio dos Passos, um dos maiores especialistas catarinenses em plantas e ervas destinadas à utilização na cura e na culinária.

A proposta, que tem apoio de diversas entidades e também do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), visa resgatar o saber popular, informar a população e aos

pequenos agricultores sobre a identificação, o cultivo e o uso correto dessas poderosas armas em favor da saúde. Além disso, o projeto incentiva a atividade como uma alternativa para incrementar a renda das pessoas que trabalham na agricultura familiar, já que a matéria-prima é muito requisitada não só para chás e outras aplicações terapêuticas, mas também na alimentação como temperos, o que ampliou significativamente a demanda por esses produtos.

Espécies

Há mais de quatro décadas, Alésio é cultivador e um dos maiores pesquisadores e colecionadores de plantas do estado, tendo em sua casa mais de 300 espécies de várias partes do mundo como China, Ásia e Europa. A farmácia viva que ele possuiu em sua residência, já ficou exposta no Beiramar Shopping, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Univalli, Costão do Santinho, entre outros.

No passeio com as plantas, o pesquisador leva sementes e mudas para mostrar aos interessados de municípios do interior e também da Grande Florianópolis, ministrando palestras em associações, escolas e universidades,



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Considerado um dos maiores especialistas em plantas e ervas, Alésio ensina a chamar as espécies pelo nome científico

com conteúdos que vão desde o cultivo ao uso correto das plantas, função terapêutica, bem como orientações para transformar os produtos em renda auxiliar. Para ele, levar a farmácia natural itinerante às pessoas é motivo de satisfação, já que é nesse momento que o estudioso orienta sobre

os benefícios, mas, sobretudo, sobre os cuidados necessários na manipulação e uso das plantas. "O momento para trabalhar esse assunto é super bom. Orientar e educar as pessoas tem um valor incrível", afirmou Alésio observando que, quem busca uma vida com mais saúde não pode

deixar faltar em casa alho, limão, cebola e maçã orgânica, por suas excelentes propriedades. Alésio faz um alerta: o nome correto da planta é o científico, já que a denominação popular varia de uma região para outra, por isso, deve-se ter cuidado e conhecimento para o seu bom uso.

Unidades implantadas

Com as atividades coordenadas em diversos municípios do interior, alguns hortos comunitários de plantas medicinais já foram implantados ou estão em fase final. São Miguel do Oeste, Anchieta e Palma Sola, no Oeste do estado, já podem contar com esse tesouro da natureza. Em

Florianópolis, são referências no assunto, além da farmácia particular de Alésio, o horto da Pastoral da Saúde, do bairro Saco Grande, onde as plantas são cultivadas e manipuladas, e do grupo de estudos Farmácia Viva do Hospital Universitário, na Trindade.

Saiba mais

O uso das plantas para o tratamento de doenças surgiu em tempos primitivos, através da observação de animais que comiam plantas para se curar. Na China de cinco mil anos atrás já se estudava o poder das plantas e as ervas medicinais também foram pesquisadas e usadas no Egito e na Grécia, onde Hipócrates, o pai da medicina, deixou uma extensa obra sobre o tra-

tamento fitoterápico. No Brasil, uma grande contribuição veio dos índios e dos negros, mas ainda hoje, o chazinho da vovó continua passando de geração para geração.

A importância das plantas medicinais é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que vem incentivando a preservação das diversas espécies e do conhecimento.



Cavalinha é uma planta de uso antiinflamatório e indicada para regular o funcionamento do intestino